



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES SEMESTRAIS¹

Promotorias Extrajudiciais
(Anexo - Recomendação nº 02/2012-CG)

Membro: Thiago André Pierobom de Ávila

Unidade: Núcleo de Gênero Pró-Mulher

Período: 2º semestre/2013

Metas estipuladas para o período
<ul style="list-style-type: none">• Participar das reuniões da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - COPEVID.• Ampliar e fortalecer a rede de parceria do Núcleo.• Fiscalizar os serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar.• Apoiar o projeto de formação de Promotoras Legais Populares.• Promover gestão com a PCDF e com a PMDF para formação em questões de gênero.• Concluir a pesquisa sobre as estratégias político-criminais de outros países para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher e suas perspectivas para o MPDFT.

Descrição sucinta das principais ações ajuizadas, termos de ajustamento de conduta firmados, recomendações expedidas, reuniões realizadas e procedimentos instaurados
<p>Julho/2013</p> <p>3, 4 e 5/07 - Reunião da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - COPEVID, realizada em São Paulo.</p> <p>10/07 - Reunião com os promotores de justiça que atuam na área de violência doméstica e a Procuradora-Geral de Justiça.</p>

¹ Art. 27.....

§1º As Promotorias de Justiça com atribuições na esfera extrajudicial elaborarão, individualmente, relatório de atividades semestrais, que deverá conter as metas estipuladas para o período e o resultado de sua atuação, bem como a descrição sucinta dos seguintes movimentos:

- I - ações ajuizadas;
- II - termos de ajustamento de conduta firmados;
- III - recomendações expedidas;
- IV - reuniões realizadas;
- V - procedimentos instaurados e
- VI - outros atos praticados reputados relevantes.

§ 2º O relatório deverá ser remetido às respectivas Câmaras de Coordenação e Revisão e à Corregedoria-Geral, até o dia 15 dos meses de junho e de dezembro. (NR – Resolução nº 133, de 13/ABR/12).



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

15 a 31/07 - Período de férias.

Agosto/2013

01 a 13/08 - Período de férias.

20/08 - Reunião do Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos.

26/08 - Reunião com a Secretaria de Estado da Mulher para tratar, entre outros assuntos, das recomendações do relatório final da CPMI da Violência contra a Mulher e da criação da Casa da Mulher Brasileira, uma das diretrizes do programa do Governo Federal "Mulher, Viver Sem Violência".

27/08 - Palestra ministrada aos profissionais do Núcleo de Estudos para Acidentes e Violências - NEPAV sobre "Os aspectos legais e implicações jurídicas envolvendo mulheres em situação de violência".

Setembro/2013

09/09 - Expedição da Recomendação n. 1/2013 – CNDH/NCAP às autoridades policiais com atuação na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher no sentido de que, na oportunidade do encaminhamento de mulheres, crianças e adolescentes à Casa Abrigo-DF, a autoridade policial responsável pelo respectivo procedimento comunique, de imediato, à Coordenadoria da Promotoria de Justiça respectiva, para que esta, por sua vez, proceda ao encaminhamento ao órgão de execução, para análise dos pressupostos, fundamentos e condições de admissibilidade da prisão preventiva, e, se for o caso, imediato requerimento da medida perante o Juízo competente.

11/09 - Encontro temático com os promotores de justiça que atuam na área de violência doméstica para discutir temas relacionados à aplicação da Lei Maria Penha. Na ocasião, foram aprovados dois enunciados, o primeiro referente ao julgado do STJ que não permite a aplicação da Lei Maria Penha a casos de agressões entre nora e sogra, e o segundo sobre a situação de o juiz advertir a vítima de que ela possui o "direito de permanecer em silêncio" ou dispensar sumariamente sua oitiva.

17/09 - Reunião do Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos.

18/09 - Reunião com o Centro Judiciário da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Família do DF – CJM/TJDFT para tratar de temas de interesse comum, como a criação de uma vara de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher especializada em crimes sexuais; a continuidade na especialização da competência de varas mistas de JECrim e JVDFM; a proposta de criação da Casa da Mulher Brasileira, especialmente sobre como seria a participação do MPDFT e TJDFT, entre outros.

23/09 - Reunião com a Direção-Geral da PCDF e a Secretaria de Estado da Mulher para tratar das recomendações do relatório final da CPMI da Violência contra a Mulher, em especial sobre a



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

necessidade de capacitação constante dos policiais em questões de gênero e sobre o projeto de criação de uma DEAM na região de Ceilândia, com previsão para 2014.

Outubro/2013

08/10 - Reunião do Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos.

10/10 - Participação no curso promovido pelo CJM/TJDFT “Capacitação para operadores do direito que atuam direta ou indiretamente nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”.

16, 17 e 18/10 - Participação na III Reunião Ordinária de 2013 do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH/CNPG, realizada em Aracajú/SE.

23/10 - Participação no Simpósio “Diálogos Interdisciplinares para Enfrentamento da Violência Doméstica contra Mulheres”, realizado pela Escola Superior do Ministério Público.

24 e 25/10 - Participação no Curso de Controle Externo da Atividade Policial, promovido pelo Ministério Público do Estado do Pará em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público.

Novembro/2013

05/11 - Participação no “Curso de Iniciação Funcional – Módulo Nacional”, no tema violência doméstica, para formação dos recém-empossados nas carreiras estaduais e federais da magistratura, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura – ENFAM.

12/11 - Reunião do Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos.

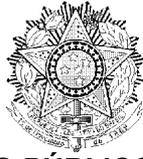
18/11 - Visita à Casa Flor, casa de passagem feminina destinada ao acolhimento de mulheres com vínculos familiares rompidos. Diante da notícia de precariedade das instalações da casa de passagem, instaurou-se o procedimento administrativo n. 08190.000954/11-42 para acompanhar e fiscalizar o serviço.

19/11 - Audiência Pública do Senado Federal sobre a tipificação do crime de femicídio no Código Penal (PL 292/2013).

20/11 - Reunião com a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher para tratar do encaminhamento de adolescentes vítimas de violência doméstica à Casa Abrigo-DF, objeto do Procedimento Administrativo n. 08190.044421/13-80.

23/11 - Participação no Seminário “As Políticas Públicas em Goiás na Efetivação da Lei Maria da Penha”, realizado pelo Ministério Público do Estado de Goiás.

26/11 - Reunião com os promotores de justiça que atuam nas Promotorias de Justiça de Execução Penais e Medidas Alternativas para tratar do encaminhamento do sentenciado a programas ou



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

palestras de recuperação e reeducação com abordagem em violência de gênero.

27, 28 e 29/11 - Participação no IV Encontro Nacional do Ministério Público: Violência de Gênero, Boas Práticas e Experiências Internacionais, realizado em São Paulo.

29/11 - Participação no “Fórum Fale sem Medo – Não à Violência Doméstica”, em São Paulo. O evento foi promovido pelo Instituto Avon e marcou o lançamento da pesquisa “Instituto Avon/Data Popular – Percepção dos Homens sobre a Violência Doméstica contra a Mulher”.

Dezembro/2013

02/12 - Reunião com a Assessoria Técnica para Delitos de Violência Doméstica e Maus-Tratos (ADVID/MPDFT) e a Coordenação dos Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD/SEM) para discutir a ampliação do projeto “Tardes de Reflexão”.

04 e 05/12 - Participação no Fórum “Lei Maria da Penha Sete Anos Depois: Balanço e Perspectivas”, realizado pelo Ministério Público do Estado do Pará, a pedido da coordenadora da COPEVID/GNDH/CNDH.

06/12 - Reunião com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – NEPEM/UnB para discutir a criação de um fórum permanente de discussão sobre violência doméstica e familiar contra a mulher.

06/12 - Visita à Casa Abrigo-DF, serviço de proteção social na modalidade acolhimento institucional oferecido às vítimas de violência doméstica.

16/12 - Apresentação do relatório da pesquisa "Avaliação da Efetividade da Intervenção do Sistema de Justiça do DF para Redução da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher", conduzida pelo Instituto ANIS, no âmbito do Projeto MP Eficaz.

17/12 - Reunião do Conselho Editorial da Campanha Compromisso e Atitude Lei Maria da Penha, realizada na Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR.

Outros atos reputados relevantes

- Participação, na qualidade de membro consultivo titular, no Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, instituído com o objetivo de coordenar as ações de combate ao tráfico de seres humanos no Distrito Federal.
- Acompanhamento do Termo de Adesão nº 011/2013, celebrado entre o MPDFT, o TJDF, a Defensoria Pública do DF e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

República visando a integração dos diversos serviços públicos de atendimento às mulheres em situação de violência, nos termos do Programa “Mulher Viver sem Violência”.

- Acompanhamento das denúncias encaminhadas pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, relativas ao atendimento dispensado às mulheres vítimas de violência doméstica no Distrito Federal (Procedimento Administrativo n. 08190.044436/13-57).
- Acompanhamento do Termo de Cooperação Técnica celebrado com a UPIS - União Pioneira de Integração Social, cujo objetivo é oferecer assessoria jurídica específica, com recorte de gênero, às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.
- Levantamento sobre a oferta de assistência jurídica às vítimas de violência doméstica e familiar nas circunscrições judiciárias (PA n. 08190.044447/13-73).
- Articulação com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – NEPEM/UnB para a criação de um fórum permanente de discussão sobre violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Articulação com a Promotoria de Justiça de Sobradinho e a Universidade de Brasília para ampliação do Curso de Promotoras Legais Populares.
- Conclusão da pesquisa “Estratégias político-criminais de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher em sistemas jurídicos estrangeiros: experiências e representações sociais”, realizada pelos promotores de Justiça Thiago André Pierobom de Ávila, Bruno Amaral Machado, Antônio Henrique Graciano Suxberger e Mariana Fernandes Távora.
- Elaboração, em conjunto com as Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Brasília, de termo de cooperação técnica com a DEAM para formalização do “Projeto 30 dias”, que propõe medidas para viabilizar o término das investigações em violência doméstica no prazo de 30 dias, a contar do registro da ocorrência policial.
- Entrevistas concedidas a emissoras de rádio e de televisão sobre a violência doméstica e familiar contra mulher.

Metas 2014

- Elaborar cartilha sobre educação de gênero nas escolas.
- Elaborar cartilha sobre as atribuições dos núcleos que compõem a Coordenação dos Núcleos de Direitos Humanos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

- Promover, no mês de março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, curso regionalizado sobre o tema da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltado para membros, servidores e rede social.
- Promover, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, semana de palestras sobre diversos temas relacionados à mulher.
- Criar perfil da CNDH no Facebook, a fim de dar visibilidade às atividades dos núcleos.
- Promover gestão com a PCDF e com a PMDF para formação em questões de gênero.